



APL Blog

APL Team, Migrantes vítimas de burla e extorsão ao pedir documentação [em linha].
APL Blog, Abril 2024, NOVA Asylum Policy Lab, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, DOI: <https://doi.org/10.34619/xxl0-dk3j>

Migrantes vítimas de burla e extorsão ao pedir documentação

APL Team

Palavras-chave: Regularização; Burla; Extorção; Acesso a serviços públicos; AIMA.

Continuam a circular relatos e testemunhos de burlas ou extorsões perpetradas contra pessoas migrantes durante o processo de obtenção de documentos em instituições públicas por meio de agências intermediárias. Este texto tem como objetivo conscientizar as pessoas migrantes e aquelas entidades, públicas e da sociedade civil, que as assistem, a respeito dos riscos associados ao uso de intermediários privados. Ao mesmo tempo deseja-se chamar a atenção das pessoas migrantes, das ONGs que a elas prestam serviços, das forças de segurança, e das autoridades em geral, para os direitos das pessoas migrantes no que diz respeito ao acesso a documentos e serviços públicos.

O recurso a intermediários privados é legal e até comum para muitas pessoas migrantes, e tem como objetivo ultrapassar as barreiras linguísticas, a falta de literacia informática, ou o desconhecimento dos procedimentos administrativos úteis para conseguir documentos ou regularizar a própria posição jurídica de migrante. Têm sido reportados numerosos casos de má conduta e/ou burlas por parte de alguns intermediários, como a recusa em fornecer credenciais de acesso a portais de serviços públicos, tais como as Finanças, a Segurança Social, a AIMA, etc. Esta recusa, que viola a legalidade, tem como objetivo obrigar o cliente a utilizar os serviços da intermediária, cujas tarifas podem aumentar progressivamente até atingirem valores próximos de 1000€ para a entrega das referidas credenciais.

Há instituições públicas que parecem desconhecer ou ter apenas conhecimento parcial não apenas deste fenómeno, mas também dos direitos da pessoa migrante no acesso aos serviços públicos. Em jeito de ilustração, houve relatos de migrantes que foram encaminhados para a AIMA com o propósito de tentar recuperar as credenciais de acesso no balcão da entidade pública emissora. Ao tentarem romper os laços com a intermediária privada, as pessoas migrantes que são vítimas deste tipo de fraude se veem impossibilitadas de acessar os serviços públicos ou os documentos desejados, incluindo a autorização de residência.

As organizações da sociedade civil que assistem a migrantes podem eventualmente ajudar em casos de burla, ajudando, por exemplo, a recuperar o acesso ao Portal das Finanças, se houver NIF, ou pedindo a remoção do representante legal da ficha da pessoa migrante na presença de uma "manifestação de interesse", embora possa ser necessário voltar a apresentar o





APL Blog

APL Team, Migrantes vítimas de burla e extorsão ao pedir documentação [em linha]. APL Blog, Abril 2024, NOVA Asylum Policy Lab, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, DOI:

pedido. No entanto, essas associações geralmente estão sobrecarregadas de tarefas, e fornecer ajuda em casos de fraude representa uma carga de trabalho significativa. Uma prevenção institucional mais sistemática de fraudes não só facilitaria a integração e/ou regularização de pessoas migrantes, mas também aliviaria o trabalho das entidades da sociedade civil, permitindo que se concentrassem em suas principais tarefas de facilitar os processos de integração social.

Os migrantes sujeitos a fraudes hesitam em procurar ajuda por parte das forças policiais, seja por desconfiança, falta de conhecimento de seus direitos, medo de deportação na ausência de uma autorização de residência válida, ou devido a ameaças feitas pelas agências de intermediação, que às vezes mencionam cancelar a "manifestação de interesse" ou a marcação na AIMA ou outras agências públicas. Ao mesmo tempo, houve relatos de migrantes cujas queixas foram recusadas pelas forças policiais, com migrantes a serem encaminhados para a AIMA.

O que se pode fazer?

1. Em princípio, a AIMA disponibiliza informação a pessoas migrantes de forma gratuita e independentemente do estatuto legal da pessoa; portanto, a AIMA deveria ser a referência para uma qualquer questão relativa à imigração;
2. É todavia sabido que a capacidade de resposta da AIMA encontra-se limitada, pelo que a intervenção de intermediários pode render-se necessária para suprir as falhas da organização pública, que fomentam, aliás, um extenso mercado privado de acesso a documentos e agendamentos públicos;
3. Organizações da sociedade civil podem providenciar uma informação correta sobre procedimentos administrativos e providenciar acesso a documentos e procedimentos;
4. Recomendamos que as pessoas migrantes só se aproximem de intermediários privados de comprovada confiança, com base em relatos consistentes e numerosos de experiências positivas por parte de fontes independentes, como pessoas que não se conhecem entre si ou ONGs com experiência plurianual em assistência a migrantes.
5. Ao regularizar sua própria situação jurídica, pessoas de todas as nacionalidades têm o direito de acessar os serviços públicos diretamente e pessoalmente; as autoridades públicas devem ser capazes de atender a esse direito e torná-lo efetivo, fornecendo informações completas e corretas, assim como garantindo o acesso às fichas de usuários;
6. Convidamos todas as entidades, quer públicas, quer da sociedade civil, a contribuir para conscientizar as pessoas migrantes sobre os riscos inerentes à ação de





APL Blog

APL Team, Migrantes vítimas de burla e extorsão ao pedir documentação [em linha].
APL Blog, Abril 2024, NOVA Asylum Policy Lab, Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas, Universidade Nova de Lisboa, DOI:

intermediadoras privadas difundindo o presente panfleto entre as pessoas que a estas entidades se dirigem.

